

PESQUISA

BOAS MANEIRAS PARA CRIANÇAS E JOVENS: O CONTROLE DOS CORPOS NA CIVILIDADE ERASMIANA NO SÉCULO XVI.¹

ANA LUISA PISANI*

Erasmus de Rotterdam (1466²-1536) foi um teólogo, filósofo e humanista cristão, mas também um educador. Dentre suas obras, destaca-se uma referente a educação e crítica do comportamento externo dos sujeitos³, voltada especialmente para as crianças: *De civilitate morum puerilium*, “A Civilidade Pueril”⁴, escrita em latim e publicada em 1530.⁵ A obra em questão pode ser considerada como inauguradora de um novo gênero literário, o de civilidade, que procederá os conhecidos livros de etiqueta.⁶ Nela são registrados costumes e conseqüentes observações que registraram um cotidiano repleto de tensões. Costumes esses diversos e ao mesmo tempo muito próximos de nossa realidade, o que configura a ressignificação histórica que perpassa a linguagem corporal.

Nesse sentido, é possível perceber o quanto os gestos, as maneiras de sentir e de se expressar não são aspectos essencialmente advindos de uma “natureza humana”⁷, mas sim construídos historicamente. Um

exemplo dessa dinâmica é o estudo referente ao processo civilizador do sociólogo Norbert Elias, ao pontuar a interiorização das práticas corporais, que promovem certo distanciamento quanto ao processo da construção simbólica dos gestos. Como colocará Elias, a “civilização”, com a qual nos acostumamos, se refere a um processo em que estamos constantemente envolvidos.⁸

“A Civilidade Pueril” faz parte de uma série de tratados educacionais escritos por Erasmo, que objetivavam introduzir as crianças e os jovens ao universo adulto. Por isso, sua linguagem é simples e direta. Esses tratados educacionais erasmianos tiveram seu começo com a obra *De ratione studii*⁹, um “plano de estudos” publicado em 1511. Há também a obra *De Pueris statim ac liberaliter instituendis declamatio*¹⁰, publicada em 1529, que trata-se de recomendações aos pais referentes a educação das crianças.¹¹ Desse modo, questiona-se: Qual seria o retorno do estudo da obra, uma vez que muitos dos costumes que são apresentados se referem a práticas ultrapassadas e a uma fala que chega a nos constranger? E, por que então Erasmo, no ápice de seu desenvolvimento intelectual, se dedicaria a escrever pormenores de ações tidas como banais?¹² A partir dessas problemáticas objetivou-se um estudo deste manual e de suas respectivas particularidades, compreendendo o seu contexto e discurso. O próprio Erasmo, em sua obra admite:

Não nego que a civilidade seja a parte mais modesta da Filosofia, contudo, e esse é o juízo dos mortais, elas bastam, hoje, para estabelecer a concórdia e fazer valer qualidades mais sérias. Convém portanto que um homem preste atenção à sua aparência, aos seus

gestos e à sua maneira de vestir, tanto quanto à sua inteligência.¹³

Sob esta justificativa, Erasmo elabora seu tratado em sete capítulos, sendo respectivamente: “Da decência e da indecência de apresentação”; “Do vestir”; “Da forma de comportamento a ter numa igreja”; “Das refeições”; “Dos encontros”; “Do jogo” e “Do dormir”, finalizando com uma breve conclusão, em que reafirma o valor da apreensão e conseqüente prática dos gestos que sugere. Entretanto, o tratado de Erasmo deve ser problematizado não apenas em função do registro das normas de civilidade em si, mas, principalmente, em relação ao seu foco primeiro: o corpo, compreendendo-o enquanto indissociável do sujeito, uma vez que sua aparência seria determinante em seu ambiente.

A expressão corporal poderia ser indicativa do interior do homem, colocando em questão inclusive a sua própria salvação. Segundo Jacques Le Goff o gesto no contexto medieval abrangeria tanto o corpo quanto o ser, uma vez que a expressão externa do sujeito poderia revelar a sua identidade interna.¹⁴ Mas, essa aparência também é alvo de desconfiança. Nem sempre poderia atestar superioridade ou mesmo nobreza. É preciso, portanto, conter e tornar “naturais” tais gestos, sendo que isso somente seria possível se desde muito cedo essa civilidade fosse passada, segundo a concepção erasmiana, no contexto moderno. Erasmo defende uma educação que envolva a passagem de valores morais, formais e de ordem corporal.¹⁵ A fisiognomia também era discutida entre os séculos XVI e XVII, sendo que essa arte de interpretar os corpos se encontrava inserida

nos próprios livros de civildade.¹⁶ Livros que como o de Erasmo indicavam a maneira preconizada como correta de se portar nas mais diversas situações da sociedade.

A criança, sentada à mesa com pessoas mais velhas do que ela, só deve falar se isso for necessário, ou se a tal a convidarem. Deve sorrir discretamente de uma piada, mas deve ter o cuidado de não sorrir se for dita uma palavra obscena – no entanto se for uma pessoa de posição elevada a dizê-la também não deve franzir as sobrancelhas. Deve compor a sua fisionomia de forma a parecer não a ter ouvido ou, seguramente, não a ter compreendido.¹⁷

Toda esta gestualidade se refere a um tipo de educação que abrange os cinco sentidos: a visão, a audição, o paladar, o tato e o olfato. Logo, a demonstração da contenção, em última instância, dos gestos mais naturais, poderia expressar e mesmo dotar o indivíduo de um poder distintivo perante os demais. Esse poder é responsável por proporcionar novas sensibilidades, como a própria concepção de infância, ao observar-se uma preocupação crescente quanto a sua compreensão e desenvolvimento.¹⁸ Assim a elaboração da representação da criança é reflexo não apenas de uma mudança na leitura imagética da criança em si, mas indica a transformação de toda uma consciência coletiva em relação ao indivíduo e suas potencialidades.

A consciência do ser enquanto indivíduo se formata de modo gradual e, conforme indicará Régine Pernoud, a sociedade medieval deve ser compreendida substancialmente através das linhagens, isto é, a família enquanto núcleo criador e formulador das experiências.¹⁹ Sob essa perspectiva, a vida fora da família, ou ainda, fora da comunidade, não era pensada. Portanto, é justamente, segundo Jacques Gélis²⁰, na cidade, isto

é, na vida urbana que as relações com a comunidade e mesmo com a família adquirirão nova significação, reelaborando os modelos de vida e, por consequência, de indivíduo. Dentro desta conjuntura social os manuais de civildade procuraram sugerir e, posteriormente, estabelecer posições corporais simbólicas, as quais constituíam formas de distinção assim como proporcionavam uma nova relação do sujeito com a sua realidade social.

Cada vez mais, o sujeito é pressionado não apenas por olhares da “multidão”, por si diluível, de certo modo disperso, embora muito presente, mas por olhares invisíveis, muito mais inquisidores. Esses dois olhares nos remetem a duas realidades: a realidade física e a espiritual. Tais realidades são analisadas principalmente no âmbito religioso, e permeiam constantemente o imaginário medieval na formatação de uma sociedade ideal, e, portanto, de um corpo social e individual absolutamente controláveis. Essa apresentação é o tema do primeiro capítulo, que trata das expressões mais espontâneas do sujeito, como o olhar, o que indica a influência das concepções medievais e, até mesmo da Antiguidade clássica, nesse tratado do século XVI.

Para que o fundo bom de uma criança se manifeste por todos os lados (e ele reluz sobretudo no rosto), o seu olhar deve ser doce, respeitador e honrado; olhos duros são um indício de violência; [...] olhos demasiado vivos ou muito eloquentes, um temperamento lascivo: convém sim que reflitam um espírito calmo e respeitosamente afectuoso. Não foi por acaso, com efeito, que os velhos sábios afirmaram: A alma depõe-se no olhar.²¹

Já no segundo capítulo há uma preocupação com a vestimenta, como colocará Erasmo: “as roupas são, por assim dizer, o corpo do corpo e dão uma ideia das disposições do espírito”.²² Percebe-se nesse momento o ideário de coexistência das relações terrenas e espirituais, ao observar-se, através do asseio e da conduta, o homem tanto externo quanto interno. Mas, Erasmo não deixa de transparecer seu ideal humanista cristão ao ironizar, a exemplo de sua obra mais reconhecida “Elogio da Loucura” (1509)²³, o exagero e a distância entre os valores cristãos e a prática da simplicidade²⁴ ao realizar a seguinte observação: “As mulheres que arrastam vestidos com longas caudas são matéria de riso, assim como se desaprovam os homens que as imitam. Será isso próprio, também dos cardeais e dos bispos? Que outros o decidam”.²⁵ Nesse sentido, pode-se perceber que ao mesmo tempo em que promove-se uma hierarquização das condutas, a associação entre homem externo e interno nem sempre é condizente para Erasmo.²⁶

A relação corporal se relaciona diretamente com seu ambiente, logo, a relação se direciona a um contexto citadino, estabelecendo-se novas dinâmicas ante a esfera pública e privada. Porém, além dessas duas esferas pode-se identificar um terceiro espaço: o sagrado. O espaço do sagrado pode ser observado no terceiro capítulo, sendo intitulado como “Da forma de comportamento a ter numa igreja”. Esse espaço se difere do público e do privado, pois é um espaço que se delinea em todos os outros espaços, uma vez que “Não há lugar onde os anjos não se encontrem!”.²⁷ Entretanto, ao mesmo tempo é um espaço diferenciado, pois se seguirmos a lógica de que os “anjos” encontram-se em todos os

lugares, com certeza sua concentração maior, segundo o imaginário medieval e moderno, seria na igreja. É, portanto, nesse espaço que o homem deve lembrar dos modelos comportamentais mais aprováveis, o que coloca em questão não apenas a sobrevivência da alma, mas do próprio corpo, uma vez que para os católicos haveria a “ressurreição” de ambos os corpos.

Essa diferença espacial se encontra em Erasmo também ao advertir que: “Não é conveniente passear-se pelas igrejas como os peripatéticos; as galerias e as praças públicas são locais de passeio, e não as igrejas, consagradas à prédica, aos mistérios e à oração”.²⁸ A Igreja nessa concepção é justamente um espaço muito mais inquisidor na ordem do imaginário, uma vez que um poder invisível se estabelece. Porém, esse poder “invisível” por si existe além dos homens, sendo assim, permitirá que o próprio clero seja julgado. Em referência a essa tensão, Erasmo finaliza com a introjeção de uma visão reformadora: “reflecte bem em como é inútil entrar numa igreja, se não for para sair dela melhor e mais puro”.²⁹

Em relação a divisão espacial, o quarto, o sexto e o sétimo capítulos irão tratar especificadamente das refeições, do jogo e do dormir. Todas essas esferas permeiam espaços mais específicos da vida privada. Contudo, esse privado nunca o é absoluto no sentido que imageticamente costuma-se atribuir. É um privado que permeia relações em público, por isso as advertências se referem à preocupação com o que outras pessoas possam pensar sobre os gestos individuais. Tal pressão é observada através

do último comentário na obra, referente ao sétimo capítulo: “Se algum dos teus amigos atentar contra elas por ignorância, caso isso valha a pena, é de bom tom chamá-lo à parte e avisá-lo com cuidado”.³⁰ Norbert Elias, pontuou esse processo em que todos passam a ser constantemente vigiados, mesmo que de forma inconsciente, destacando que a difusão desses manuais de civilidade podem demonstrar um aumento da pressão que as pessoas passaram a exercer entre si.³¹

O sucesso do gênero demonstrou uma necessidade dessas regras. Sabe-se que além da higiene, os lugares na sociedade e seu conseqüente *status* necessitavam ser redefinidos. E esse processo de distinção se iniciaria desde a mais tenra infância. Porém, mais até do que distinguir, impõem-se uma disciplina sobre o corpo, isto é, uma nova percepção. Com o passar dos séculos, o estudo sobre a civilidade deixou o círculo familiar e religioso e passou a ser tratado nas escolas. Nada mais do que as grandes divulgadoras e formatadoras dos saberes necessários à formação de “bons cidadãos”. A obra “A Civilidade Pueril” participa deste processo, e a disciplina de civilidade é substituída pelas questões cívicas, conforme aponta Philippe Ariès em suas pesquisas.³²

Todavia, não é possível esquecer da esfera ocupada por dois poderes fundamentais, mas de certo modo “invisíveis”. Por um lado, toda essa educação dos sentidos tem um respaldo religioso e, portanto, espiritual, cuja máxima manifestação é simbolizada pela igreja – se nos remetermos ao “olhar da fé”. Mas, além desse poder de ordem espiritual há um poder de repressão que estimula os indivíduos a manterem civilidade, mesmo

que sozinhos. A construção do privado enquanto gradualmente um local solitário não é necessariamente um lugar ausente do olhar inquisidor da multidão. É um poder mental que nos remete a constante memória de certa ordem comportamental. Com o advento das grandes cidades, a quantidade de relações se encontram cada vez maiores, ressignificando a civilidade. Isto é, a percepção que se tem um do outro e o respectivo julgamento a partir destas ações crescem, embora paradoxalmente as relações entre os indivíduos se encontre cada vez mais distante, se comparada à vida nas pequenas comunidades.³³

A partir do século XVII, entretanto, os manuais passam a ser cada vez mais direcionados, muito diferente do caráter universalista colocado na obra “A Civilidade Pueril”. Erasmo ao planejar e mesmo observar os gestos e a superficialidade de muitas ações cotidianas, criticando-as, objetivou apresentar um modelo de civilidade que abrangesse não apenas os gestos de forma isolada, mas sim simbólica, destacando a moral que poderia ser definida através dessas representações, ao mesmo tempo que também denunciou a falta dessa moral, apesar da aparência. Outro aspecto fundamental é que além da própria superficialidade relacionada a essa aparência, ao falar-se em boas maneiras e sua respectiva história em termos de registro, não se está apenas se referindo ao uso destas maneiras, mas sim, a ausência de tais costumes.³⁴

Um exemplo do ideal humanista de Erasmo e, que, ao mesmo tempo, atestará a pressão quanto ao advento da esquematização dos comportamentos, é que ao dedicar “A Civilidade Pueril” a um menino

nobre,³⁵ não deixa de registrar ao final que o seu tratado pode ser consultado e aplicado pelos demais jovens. Isto é, uma civilidade que poderia ser alcançada por todos, “plebeus, pessoas de condição humilde, e mesmo camponeses”³⁶, pois embora não seja possível, nos dizeres de Erasmo, escolher “o seu país ou o pai, [...] todos podem conquistar qualidades e boas maneiras”.³⁷ É, no fundo, uma projeção de sociedade ideal que Erasmo elabora, do mesmo modo que indica um ambiente cada vez mais controlador que se formata entre os indivíduos, e, em especial às crianças, o que é próprio do desenvolvimento do processo civilizador apontado por Norbert Elias, cujas regras da “boa convivência” devem ser aprendidas logo na primeira infância e perpetuar-se na juventude.

Recebido em 30/10/2015

Aprovado em 12/06/2017

Notas

¹ Um estudo adicional sobre o tema deste artigo pode ser encontrado na Dissertação: PISANI, Ana Luisa. Os Olhos Ubíquos do Espelho: Um estudo das percepções de civilidade na obra “A Civilidade Pueril” (1530), de Erasmo de Rotterdam. 126 f. (Dissertação – Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Orientadora: Prof^a Dr^a Estefania Knotz Canguçu Fraga.

* Ana Luisa Pisani é Licenciada em História pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestra em História também pela PUC-SP. Atualmente é Professora de História efetiva do município de São Paulo. Email: alp.pisani@gmail.com

² Em relação ao ano de seu nascimento não há um consenso entre os pesquisadores, apontando-se 1466, 1467 e até mesmo 1469.

³ Apesar da obra de Erasmo se referir ao comportamento externo, percebe-se que ao criticar e estabelecer posições reais e simbólicas, o sujeito interno é igualmente destacado.

⁴ Para a presente análise foi utilizado a tradução do francês para o português de Fernando Guerreiro. ERASMO. **A Civilidade Pueril**. Lisboa: Editora Estampa, 1978.

⁵ Impresso na Basileia, sob a edição de Johann Frobenius (1460-1527). Posteriormente a obra será reeditada e copiada mais vezes, em Basileia, Paris, Antuérpia, Frankfurt, Leipzig, Cracóvia, conforme pesquisa de Jacques Revel. In: REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). **História da vida privada**, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 175.

⁶ Embora algumas pesquisas apontem para o surgimento deste novo gênero literário é necessário perceber que a obra dialoga com outros gêneros comuns na época, como o de “cortesia” e o de “espelho dos príncipes”. Além disso, é importante considerar que embora esse tratado seja apontado como um dos primeiros do gênero, esse tipo de diálogo de civilidade já se encontrava enraizado no universo da oralidade.

⁷ Através da perspectiva da história, percebe-se que o “normal” nada mais se refere do que uma constante construção humana, e que na realidade os gestos quase nada possuem de “natural”. Portanto, é importante compreender que as denominações de “normalidade” e “naturalidade”, embora sejam conceitos encarados como sinônimos, na realidade são essencialmente distintos. Ser “normal” é seguir uma norma que é sugerida por dada sociedade, sendo que “natural” é algo próprio da natureza do indivíduo, algo referente à essência do ser. Na realidade, visto sob outro ângulo, ser normal é justamente repreender muitas vezes o que nos é natural.

⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 73.

⁹ “Sobre o método de estudo”.

¹⁰ “Uma declamação sobre a primeira educação liberal para crianças”.

¹¹ Esses tratados são dirigidos aos meninos, pois a educação formal e moral das meninas nesse formato, ocorre em meados do século XVIII, quando paulatinamente este modelo de civilidade passará a ser dirigido cada vez mais ao público feminino.

¹² Tais questionamentos já foram levantados por Philippe Ariès, que se destaca em suas pesquisas no âmbito do cotidiano. In: ARIÈS, Philippe. Prefácio. In: *Ibid.*, p.11.

¹³ *Ibid.*, p. 70.

¹⁴ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 146.

¹⁵ Idem., p. 70.

¹⁶ COURTINE, Jean-Jacques. O espelho da alma. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo: Da Renascença às Luzes**, v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 403/404.

¹⁷ Ibid., p. 95.

¹⁸ A sensibilização quanto a criança é paulatina, observando-se na própria arte da representação, cuja criança passa a aparecer nos retratos de família a partir do século XV, e no século XVII as crianças das classes mais abastadas já passam a se vestir de forma diferenciada dos adultos. In: DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Portugal: Edições 70, 2011, p. 331/332.

¹⁹ PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Publicações Europa América, 1997, p. 15.

²⁰ GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: Ibid., p. 319.

²¹ Ibid., p. 71

²² Ibid., p. 81.

²³ ERASMO. **Elogio da Loucura**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

²⁴ Isto é, do homem interno.

²⁵ Idem., p. 81.

²⁶ É importante destacar que Erasmo sob o contexto da Reforma Protestante, no século XVI, apesar de crítico quanto ao engessamento das práticas cristãs, ou seja, a distância entre a prática e a teoria nas relações cotidianas, tanto civis quanto religiosas, não chega a romper com a Igreja, embora seja observado em suas obras grande descontentamento quanto a essa realidade.

²⁷ Ibid., p.78.

²⁸ Ibid., p. 86.

²⁹ Nesse ponto observa-se o contraponto entre as relações cerimoniais na igreja e a prática e eficácia dos rituais e ensinamentos religiosos. In: Idem., p. 86.

³⁰ Ibid., 108.

³¹ Ibid., p. 93.

³² Ibid., p. 21.

³³ Ibid., p. 18/19.

³⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom, ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX**. SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 31.

³⁵ “Ao muito-nobre Henri de Bourgogne, filho de Adolphe, príncipe de Veere/Criança, de quem muito se espera, Salve!”. In: Ibid., p. 67.

³⁶ Idem., p.108.

³⁷ Idem., p.108.